



Câmara Municipal de Varginha

Resolução Nº 4/2020

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA.

A Câmara Municipal de Varginha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprova e sua Mesa Diretora promulga a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica criada a seguinte Função Gratificada – FG, a ser ocupada exclusivamente por servidor de provimento efetivo da Câmara Municipal de Varginha:

NOMENCLATURA	QUANTIDADE	NÍVEL
Encarregado de Digitalização	01	FG-15% = E-18

§1º As atribuições para a respectiva Função Gratificada, encontram-se determinadas no Anexo II e i Impacto Orçamentário no Anexo I desta Resolução.

§2º O servidor em exercício de Função Gratificada – FG será indicado pelo Presidente da Câmara Municipal de Varginha por meio de Portaria e poderá ser convocado sempre que houver necessidade e a qualquer tempo, sendo vedada a percepção de horas extraordinárias.

Art. 2º Fica extinta do quadro de servidores da Câmara Municipal de Varginha a seguinte Função Gratificada:

NOMENCLATURA	QUANTIDADE	NÍVEL
Encarregado de Suprimentos	01	FG-15% = E-18

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão a conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Varginha, podendo o Chefe do Poder Legislativo





Câmara Municipal de Varginha


suplementá-las, se necessário for, em observância à Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Câmara Municipal de Varginha, em 03 de fevereiro de 2020,
137º Emancipação Político Administrativa do Município.**


ZILDA MARIA DA SILVA
Presidente


CARLOS F. DA COSTA FILHO
Vice-Presidente


EDUARDO B. OTTONI FILHO
Secretário

ANEXO I



Câmara Municipal de Varginha

ANEXO I RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

Projeto de Resolução nº 04/2020

O presente Relatório da Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro visa atender ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Art. 16 e 17), no que se refere à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa obrigatória de caráter continuado.

O impacto se dá pela criação da função gratificada conforme a tabela abaixo:

Tabela I

Funções Gratificadas	Quantitativo	Percentual	Nível de vencimento
Encarregado de Digitalização	1	15%	E-18

Tabela II – Evolução dos salários com uma previsão de aumento de 5% ao ano, já levando em consideração o aumento de 2020 de 4,31%.

Nível de Vencimento	2020	2021	2022
E - 18	R\$ 2.311,98	R\$ 2.427,58	R\$ 2548,96

Tabela III – Evolução da Função Gratificada de acordo com os salários, já levando em consideração o aumento de 2020 de 4,31%.

Funções Gratificadas (15%) – Encarregado de Digitalização	2020	2021	2022
Janeiro a Dezembro	R\$ 3814,77	R\$ 4.369,64	R\$ 4.588,13
1/3 de Férias	R\$ 115,60	R\$ 121,38	R\$ 127,45
13º salário	R\$ 346,80	R\$ 364,14	R\$ 382,34
Total anual	R\$ 4.277,17	R\$ 4.491,02	R\$ 4.715,58

A tabela II elucida os salários atuais nos níveis de vencimento E-18, já corrigidos com o aumento de 4,31% projetado para 2020 e as projeções para os anos de 2021 e 2022 com base em um ajuste anual de 5%.



Câmara Municipal de Varginha

Na tabela III, o valor "Total anual" demonstra o valor a ser despendido anualmente com a criação da função gratificada criada a partir deste projeto de resolução, sendo que no ano de 2020 calcularam-se os meses trabalhados a partir de fevereiro/2020 a dezembro/2020, décimo terceiro salário e 1/3 de férias. Já nos anos de 2021 e 2022 levaram-se em consideração os doze meses trabalhados, 13º salário e 1/3 de férias.

A tabela abaixo demonstra os valores do orçamento anual da Câmara Municipal de Varginha no ano de 2020 e uma previsão para os anos de 2021 e 2022 com um aumento de 5%. A previsão da Receita Corrente Líquida para o ano de 2020 foi obtida através da Lei Orçamentária Anual do ano de 2020 do município de Varginha e para os anos de 2021 e 2022, houve uma previsão de 5% de aumento a cada ano.

Tabela IV:

	2020	2021	2022
TOTAL DO ORÇAMENTO LEGISLATIVO	R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.500.000,00	R\$ 11.025.000,00
LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL (70%)	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.350.000,00	R\$ 7.717.500,00
TOTAL DA RCL	R\$ 434.914.700,00	R\$ 456.660.435,00	R\$ 479.493.456,75
LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL 6% SOBRE A RCL)	R\$ 26.094.882,00	R\$ 27.399.626,10	R\$ 28.769.607,41

Conforme a Lei Orçamentária Anual do ano de 2020 do município de Varginha, a previsão de gasto com pessoal é de R\$ 4.085.000,00. Observando a tabela IV acima supracitada, percebe-se que mesmo com a criação da função gratificada de Encarregado de Digitalização, a Câmara Municipal de Varginha continua dentro da margem dos limites fixados na Lei Complementar n.º 101/2000:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);



Câmara Municipal de Varginha

III - Municípios: 60% (sessenta por cento). (...)

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

E do limite fixado na Constituição Federal, Art. 29-A §1º:

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).

Haverá um aumento nas despesas com pessoal para a criação do cargo “encarregado de digitalização” no valor de R\$ 4.277,17 em 2020, R\$ 4.491,02 no ano de 2021 e R\$ 4.715,58 em 2022. No entanto o cargo extinto na mesma resolução denominado “encarregado de suprimentos” acarretaria os mesmos gastos com pessoal, tornando o impacto orçamentário desta resolução nulo.



Câmara Municipal de Varginha

Ressalta-se, por fim, que os índices utilizados neste relatório são apenas uma previsão. Os cálculos foram realizados prevendo um índice de reajuste em 2020 de 4,31% e de 5% ao ano para os anos de 2021 e 2022, mas os valores poderão ser reajustados para mais ou para menos dependendo do reajuste anual, entre muitos outros fatores que tem relação direta com o vencimento, como data de programação de férias, afastamentos, faltas, etc.

Luana Amâncio Pereira – Contadora



Câmara Municipal de Varginha

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de atendimento ao disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, que tenho ciência do impacto orçamentário e financeiro e que o mesmo não afetará as metas de resultado primário e nominal no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Varginha.

Declaro ainda que o plano de cargos e carreira tem compatibilidade com a Lei Orçamentária anual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual de Governo.

As despesas constantes do pagamento das despesas de pessoal correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento e serão computadas para aferição dos limites de despesas totais com pessoal fixados na Lei Complementar nº 101/2000.

Zilda Maria da Silva
Presidente



Câmara Municipal de Varginha

ANEXO II

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

- Converter documentos físicos em formato digital, para a tramitação ou arquivamento, preservando o original;
- Padronizar e organizar os arquivos convertidos;
- Gerar arquivos com OCR Full-Text (Reconhecimento Ótico de Caracteres) para realização de pesquisa dentro dos documentos;
- Observar a fidelidade da imagem digitalizada em relação ao documento original, se as imagens estão legíveis e a quantidade de páginas digitalizadas confere com a do documento original;
- Atualizar o servidor de dados com as informações para consultas internas e externas;
- Disponibilizar os arquivos em formato digital, por e-mail ou através periférico de entrada/saída, quando solicitado.

Subordinação: Analista de Sistema e Assessoria Técnica